

ACM quer MST e UDR na ilegalidade

JORNAL DO BRASIL

15 ABR 1998

BRASÍLIA – O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que, se estivesse no lugar do presidente Fernando Henrique Cardoso, poria na ilegalidade o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a União Democrática Ruralista (UDR).

“Eu, se fosse o governo, acabava com o MST e a UDR num dia só”, afirmou.

De acordo com Antônio Carlos, o governo não tem sabido agir com presteza em relação aos sem-terra, algo que ele cobra há dois anos e meio.

“Se há uma crítica que eu faço ao governo é a de ter deixado prosperar esse movimento”, disse o senador. Antônio Carlos afirmou que os integrantes do MST “recebem recursos do governo, financiamento oficial e só trabalham contra aqueles que os beneficiam”.

Cadastramento – O governo vai lançar uma campanha nacional, até junho, para cadastrar todos os sem-terra do país. A medida, segundo o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, tem como objetivo diminuir as invasões, democratizar o acesso à terra e dimensionar o número de

famílias que devem ser beneficiadas pela reforma agrária.

“Hoje, 95% dos cadastrados são ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que acaba tendo o monopólio dos assentamento”, ressaltou Jungmann.

Com o apoio da Dataprev (Ministério da Previdência Social), o ministério da Reforma Agrária vai fazer um mutirão para que os candidatos se inscrevam em postos dos Correios e outros que o Incra vai montar nos estados. Aqueles que preencherem os critérios estabelecidos pelo Incra – não possuir lote rural em qualquer estado, não ser aposentado – receberão correspondência do instituto, indicando em que prazo estarão assentados.

Sobre as manifestações de sexta-feira, pelos dois anos do massacre em Eldorado dos Carajás, Jungmann disse que não acredita que ocorram invasões de terra ou de prédios públicos.

“Pelas pesquisas de opinião – entre elas, uma do Ibope –, sabemos que a opinião pública não concorda com atos de violência para garantir a reforma agrária”, concluiu.